

---

---

# POLITICA



1 9 3 1

---

---

ANO II

N.º 19

REDACTORES { *D. Mascarenhas e Silva* (F. D. U. L.)  
*F. P. d'Almeida Langhans*  
*Miranda da Rocha* (F. D. U. C.)  
*M. Pinto Barreto* (F. E. U. P.)

EDITOR — *Nicolau Monteiro* (F. D. U. L.)

PROPRIEDADE—SOCIEDADE NACIONAL EDITORA, LTD.<sup>a</sup> (Em organização)

REDACÇÃO E ADMINISTRAÇÃO

**Rua do Sol a Santa Catarina, 40-A, 1.º**

COMPOSIÇÃO E IMPRESSÃO

**Tip. Augusto Costa & C.<sup>a</sup> L.<sup>da</sup> — Largo do Barão de S. Martinho — BRAGA**

## SUMARIO

Mensagem dos estudantes monarchicos de Portugal aos estudantes de Espanha . . .	
a pseudo-ideia do Progresso Necessário . . .	<i>Franz-Paul LANGHANS</i>
Pragmática de D. João V . . . . .	<i>Abrantes TAVARES</i>
Jacinto, Principe da Grã-Ventura . . . . .	<i>Abilio PINTO DE LEMOS</i>
«Do Valor e Sentido da Democracia» . . .	<i>Carlos PROENÇA</i>
Integralismo Lusitano . . . . .	
ao ritmo de ampulheta . . . . .	

## ASSINATURAS

(Cada serie de 10 numeros)

Continente e ilhas . . . . .	10\$00
Provincias Ultramarinas . . . . .	15\$00
Estrangeiro. . . . .	20\$00

Numero avulso 1\$50

**José Guilherme Ayala Monteiro**

ADVOGADO

Rua dos Douradores, 72, 3.º D.

Telefone C. 959

**Artur de Campos Figueira**

ADVOGADO

Rua Nova do Almada, 54, 2.º

TELEFONE CENTRAL 3024

LISBOA

Este numero foi visado pela Comissão de Censura

# Política

REVISTA QUINZENAL

ORGÃO DAS JUNTAS ESCOLARES DE LISBOA, COIMBRA E PORTO  
DO INTEGRALISMO LUSITANO

Director: ABÍLIO PINTO DE LEMOS

Redactor-principal: A. DO AMARAL PYRRAIT (F. D. U. L.)

---

Lisboa, 5 de Março de 1931

---

## Mensagem dos estudantes monárquicos de Portugal aos estudantes de Espanha

A sagrada fronteira que politicamente nos separa e espiritualmente nos une, proíbe-nos uma organização política comum, mas impõe-nos uma estreita solidariedade espiritual.

Hoje temos a honra de vos dirigir estas linhas para vos propor um modo de realização desta tão necessaria solidariedade.

Parece-nos que ele deverá consistir no seguinte:

1.º — Compararmos os grandes mandamentos da genuína politica espanhola e da genuína politica portuguesa.

2.º — Inscrevermos com alegria nas nossas bandeiras os principios universais da civilização humana e cristã que este confronto nos venha revelar.

\*

Nesta ordem de ideias, começaremos por vos dizer o que somos. Somos portugueses monárquicos, isto é, nacionalistas e tradicionalistas.

Não somos só nacionalistas, porque o nacionalismo por si só é uma heresia social, sem o tradicionalismo que é o seu natural complemento.

Procuramos assim seguir um critério de integra sociabilidade no justo equilibrio das relações de coexistência com as relações de sucessão.

Mas a relação social vale menos que o sujeito da mesma ou seja a nobre pessoa humana, definida pela raça, completada pela familia, espiritualizada pela Religião. Para que a integra pessoa humana se desenvolva

plenamente segundo os designios de Deus em frutos de civilização universal, a relação social tem que servir-lhe de meio de protecção. E a suprema forma desta benéfica relação social é a Monarquia Nacional Cristã.

Pugnamos pela Monarquia como a forma de governo menos imperfeita que se conhece, e nela reconhecemos as vantagens da unidade, da continuidade, da intenção nacional, da compentencia, da imparcialidade e da energia — qualidades que comunica á função do Governo Supremo. Achamos preferível o governo presidido pela realidade duma pessoa com todas as suas faculdades humanas — apesar dos seus possíveis defeitos — colocada num plano supremo, acima dos interesses de partidos, ao governo de um Parlamento, pessoa fictícia, desprovida de memória, de inteligência e de vontade reais.

Pensamos que o Rei assistido pela consulta das Côrtes Gerais dos Municípios, das Corporações e das Entidades Culturais, deve governar livremente na sua esfera propria de atribuições, que é a função governativa suprema e a fiscalização, coordenação e substituição eventual dos corpos autónomos nacionais.

A nobreza, aberta e renovável, adstrita a uma função social, é um órgão necessário do Estado.

Entre o Rei e a Família está a Nação, orgânica e descentralizada atravez dos vários graus corporativos e dividida nas três ordens do económico, do politico e do espiritual, que em conjunto formam a suprema gerarquia: primeiro o espiritual, depois o politico e por ultimo o económico.

Diante da Nação, em nosso entender, está a Anti-Nação.

E assim como a Nação tem os três braços da Riqueza, da Ordem e do Espirito, assim a Anti-Nação tem os três braços contrários: a Maçonaria que dissolve a unidade espiritual da Nação, os Partidos politicos que dissolvem a sua unidade politica e o Materialismo económico ou plutocrático ou socialista, que dissolve a sua unidade economica.

Estas tres formas da Anti-Nação, principios de dissolução nacional, estão fora da lei, devem ser combatidas sem quartel.

Esta é a fórmula do nacionalismo tradicional que a geração portuguesa que viu a agonia do Parlamentarismo Monarquico e a aurora do Parlamentarismo Republicano; esta é a fórmula, dizíamos, que a geração portuguesa, jovem e da vanguarda, soube deduzir do estudo da Sciência politica moderna, da História de Portugal, e, sobretudo, da experiência dolorosa do último século

Vemos nesta fórmula não só o rejuvenescimento da Tradição portuguesa, como tambem o melhor caminho para o Estado Novo e modernissimo, no seu duplo fundamento de Autoridade publica e de Liberdade corporativa.

Desejariamos agora saber qual é o vosso nacionalismo, expressão do passado e gestação fecunda do futuro, queremos dizer, qual é no vosso conceito a *vera-efigie* politica da "Espanha espanhola".

\*

Proclamemos agora a nossa negação do internacionalismo politico e a nossa afirmação do internacionalismo cultural. Para nós, a diferenciação dos tipos nacionais é a base estática da civilização humana, e a emulação entre elles, o seu factor dinâmico.

E' a propria limitação do nosso planeta que impõe que, normalmente, se detenha a trajetória ascensional dos agrupamentos politicos no escalão da forma orgânica «nação». Porque um Imperio universal politico, na sua *solitária* unidade, sem a concorrência compensadora da variedade de Estados, poderia ser o perigo máximo para a sagrada autonomia da pessoa humana.

Isto não contradiz, pelo contrário, favorece a unidade espiritual do género humano, cuja base mais forte e condição de mais rica complexidade é a pluralidade material das Nações. Assim como a Família e a Corporação defendem a pessoa humana contra o Estado, assim tambem o Estado a defende contra os outros Estados; e os outros Estados a defendem contra o seu proprio Estado; e todos a defendem contra o perigo máximo de um Estado único, invencível em poder, irresistível em corrupção.

Esta questão que á primeira vista pode parecer de pura especulação, contem, em nosso entender, o drama do momento histórico presente.

E' visível, com efeito, o avanço de uma nova barbaria, impulsivada pelo conhecido fenómeno social da insurreição das *massas*, derivado da característica moderna de uma cada vez maior densidade social.

As sociedades vão-se convertendo em bárbaras multidões que se apresentam sob dois tipos bem definidos:

Se para chegar á Cidade da Utopia marcham pelo caminho da «Liberdade», são a horda anárquica e tumultuosa, o hiper-individualismo sem regra nem moral, a luta de todos contra todos, ainda que disfarçada sob a aparência de uma ordem civilizadora;

Se para chegar á Cidade da Utopia tomam pelo caminho da «Igualdade», são «a horda que avança em massa compacta de rebanho, de focinhos abaixados para a ração comunista, em promiscuidade infame de corpos, com as consciências mortas pelo ateísmo e os dentes rilhando em odio destruidor de tôda a civilização».

Na verdade, já se avistam nos horizontes do mundo os sinais poderosos dos dois Impérios bárbaros que tendem ao dominio planetário pela desnaturalização da pessoa humana:

○ Império capitalista-liberal-maçónico.

○ Império bolchevista-escravizador-ateu.

Ambos blasonam de progresso e de vida moderna. Mas o primeiro tende, como ultima consequência lógica, á destruição do individuo pela sua propria hipertrofia, «pelo maltusianismo suicida, pela guerra total aniquiladora, pelo hiper-criticismo destruidor da intelligência».

O segundo chega naturalmente «á destruição do homem pela sua escravização absoluta, obrigado a entregar á colectividade os elementos necessarios da sua personalidade: a sua terra, a sua mulher e os seus filhos, a sua propria consciência».

\*

Felizmente, não há que desesperar ainda do homem nem da civilização.

Em frente dos dois grandes inimigos do género humano que denunciámos, surge o poderoso florescimento dos nacionalismos que não são como muitos julgam equivocadamente, um cego e instintivo movimento de massas, um obscuro fanatismo de estatolatria, mas meramente uma manifestação, daquela violência razoável e licita, que por necessidade protege e defende todos os frutos da civilização, todos os tesouros da cultura.

Têm defeitos o nacionalismo italiano, o nacionalismo francês, o nacionalismo alemão.

Não será, talvez, um providencial destino nosso, que nós, tanto portugueses como hespanhois superemos as fórmulas dos outros nacionalismos, oferecendo o modelo de um nacionalismo que seja integralmente humano e cristão?

O fenómeno nacionalista deve generalizar-se, aperfeiçoando-se sempre, no coração da Europa e em todos os países latinos. Que todos esses nacionalismos constituam um modelo da verdadeira civilização profundamente consciente dos seus principios básicos e da sua finalidade.

Neste sentido já o *fascismo* foi uma grande conquista. Com a sua irradiação na Europa central, tende a constituir-se um bloco que defenderá a civilização contra o duplo perigo bolchevista e capitalista. E é possível que ás Nações de forma capitalista ou bolchevista a fórmula fascista se venha a impôr, para que possam liquidar a sua bancarrota social e politica.

A politica internacional dos varios nacionalismos deve ser, pois, em nosso entender, uma orientação que tenda ao internacionalismo da cultura, mas contrária ao internacionalismo politico; defensora da coexistencia pacifica das nações civilizadas contra os Imperialismos absorventes.

E cabe talvez á Peninsula a alta missão de exemplificar esta fórmula internacional num futuro sistema de relações entre a Espanha espanhola e o Portugal português!

Em resumo, eis a essência do nosso apêlo:

Desenvolvamos paralelamente, até á plenitude, o nacionalismo espanhol e o nacionalismo português; nacionalismos, porém, que sejam perfeitamente humanos e cristãos e assim reforcem, no amplo sector da nossa influencia racial, a defesa da civilização. E sobre este paralelismo, analogo ao da Reconquista, muito longe da utopia ultrajante da União Ibérica e de outras maquinações maçónicas, apostolizadas pelos piores hespanhois, como pelos piores portugueses, saibamos criar uma solidariedade espiritual, e de cultura, que seja o inicio das soluções para o grande problema de organização — que só espiritualmente é possível — da espécie humana, chegada ao seu ponto de maturação.

Aqui findamos a exposição da nossa visão portuguesa do problema nacional e internacional. E ficamos agora com desejo da vossa prezada resposta, para nós tão proveitosa e tão grata; das palavras que podem ser

tão fecundas e decizivas, e que vos pedimos pronuncieis sem fardar, expressando nelas o vosso glorioso e integro espanholismo.

Fevereiro de 1931.

**As Juntas Escolares de Lisboa, Coimbra e Porto  
do Integralismo Lusitano**

- a a) *José Centeno Castanho*  
*João Eugénio Valentino de Sá*  
*António Maria do Amaral Pyrrait*  
*José Q. da Fonseca*  
*Francisco Dutra Faria*  
*Abilio Pinto de Lemos*  
*Agostinho Cardoso*  
*António Pinto Coelho*  
*Fernão de Ornelas*  
*Francisco J. da Cunha Leão*  
*Nicolau Monteiro*  
*Carlos Cortez*  
*José Domingos Garcia Domingues*  
*Franz-Paul Langhans*  
*António de Souza Rego*  
*Manuel Gomes* (Barrada de Oliveira)  
*João Ubach Chaves*  
*José Luis Saramago*  
*António Joaquim Ruano Pera*  
*Bernardino Rodrigues*  
*Alberto Alexandre Pestana de Ornelas*  
*Humberto de Abreu Bettencourt Sardinha*  
*José Maria Miranda da Rocha*  
*João Cerveira Pinto*  
*Manuel da Costa Pinto Barreto*  
*Carlos Soares de Magalhães*  
*Antonio Caetano Moutinho*  
*Arnaldo Allegro da Magalhães*  
*P. Amorim da Costa Junior*  
*Eduardo da Cunha S. Navarro e Castro.*

## a pseudo-ideia do Progresso Necessário

**E**XISTE nas doutrinas revolucionárias um sistêma de ideias, ideias si-  
bolos, que têm o dom de enfeitar as multidões, pelo sugestivo  
da sua fonética, pelo prestígio da aura em que as envolveram,  
dando-lhes sentido mágico, quasi sobrenatural e emprestando-lhes uma  
mística que até, se fôsse possível, «aos próprios justos enganaria».

Igualdade dos homens, Soberania do Povo, o Povo, Progresso  
Necessário e indefinido etc., são exemplos das tais ideias símbolos, ideias  
mitos, engrandecidas pela inicial maiuscula do termo, deificadas nos sa-  
lões literários do século XVIII e nas sociedades de pensamento — que fô-  
ram as verdadeiras câmaras genésicas de toda a mitologia demo-liberal  
— concebidas, através dos tempos, desde a Reforma até à Revolução  
francesa e propagadas depois pelo mundo com as invasões napoleônicas.

Mas se na lógica revolucionária, as ideias de Igualdade, Liberdade,  
Soberania do Povo, têm a sua razão de sêr, se a Reforma e a Revolu-  
ção Francesa marcam dois passos decisivos na vida da humanidade, des-  
cobrindo novos horisontes, é porque existe uma lei primordeal, uma lei  
incontestada: a lei da mutabilidade, a lei fatal do Progresso, Progresso  
indefinido e necessário. Pois bem, é nesta lei do Progresso — pedra an-  
gular do tampo dos novos mitos — que se encontra a grande mistifica-  
ção. Vejámos:

Intrinsicamente a matéria está animada dum desejo, dum apetite  
*in potentia*, dum apetite pela forma que, mal seja satisfeito torna a apa-  
recer numa ânsia do novo, do que ha-de vir. Pela análise aprioristica  
dêste movimento universal, a matéria, ao integrar-se na forma, cresce,  
desenvolve-se, adquire o definitivo, acaba-se seguindo uma trajectória  
de aperfeiçoamento segundo o principio da mutação a que está sujeita  
como tal. Mas se raciocinarmos com mais profundidade, vemos que o  
movimento de transformação se reduz só à matéria e à forma e ao de-  
sejo contínuo daquela por esta em sucessiva alteração e nunca no sen-  
tido do perfeito absoluto. como querem os ideólogos do Progresso inde-  
finido, porque acatando o erro da sua própria metafísica, consideram a  
natureza humana em abstracto, afastam-na da sua realidade e aproxima-  
m-na dum modelo impercivo e falso. E' o erro de Lutero ao apresentar  
o homem mais individuo e menos pessoa, mais affectivo que espiritual, o  
homem visto atravez das actividades materiais e extrinsecas. E' o erro  
de Descartes ao querer obseryar todos os fenomenos pela sua metodo-  
logia deductiva, só aceitável no campo das matemáticas. E' por fim, o  
erro de Rousseau ao considerar o homem na sua natureza paradisiaca.  
Avaliando as coisas humanas pela feição ideologica de conceitos formu-  
lados fóra do campo do real, a filosofia revolucionária arma-se em reli-  
gião e dogmatisa as suas ideias. Não existe movimento em escala ascen-  
cional, automático e contínuo, para a Perfeição, mas a tendência da alma  
humana se fixar no Infinito, o que se alcança ou não conforme os me-

recimentos, segundo o valor moral da personalidade. Ouçamos o que nos diz Maritain: *Se a alma humana não encontra repouso em nenhuma coisa creada, não é porque seja feita para mover-se continuamente, mas porque é feita para fixar-se no Infinito.* (1)

Abrangendo tôdas as actividades, morais e materiais, éticas e dinâmicas, a lei do Progresso Necessário e indefinido, torna-se de tanto em tanto, mais falsa e incoerente, quanto mais desbravarmos o mundo real dos artificios com que o conseguiram mascarar os sofistas do neo-paganismo. Na sua universalidade a lei do Progresso é falsa porque na esfera do moral, a transformação do pior para o menos pior e do mênos pior para o melhor, não se dá conforme uma lei permanente e uni-fôrme, mas por um acto de vontade independente do tempo, isto é, conquanto as condições materiais encontrem melhoria, pelo conhecimento progressivo dos fenómenos, as condições morais não recebem impulso, antes pelo contrário, enfraquecem-se, debilitam-se, à medida que a matéria vai absorvendo as actividades.

Exemplificando: a intensa industrialisação que se vêem acentuando de há um século para cá, sendo um incontestável progresso de ordem material, trouxe no entanto uma desenfreada corrupção de costumes, que ninguém poderá negar perante factos concretos como essa onda de egoísmos que não encontra limites, como essa ganância desmedida do ganho, que transfôrma os grandes centros em autênticos campos de batalha das mais baixas paixões humanas. Pertendeu a revolução acabar com a tirania e foi a própria revolução que trouxe a pior das tiranias, a tirania do dinheiro, a tirania do lucro, causadora da lucta das classes; quis a revolução acabar com a opressão e foi ela que a desencadeou de uma maneira nunca vista, pela exploração das classes trabalhadoras; quis a revolução nivelar os homens e dividiu-os em dois grupos antagónicos: os do dinheiro e os do trabalho. Se o Progresso veio com a revolução, que Progresso é esse que suscita os ódios mais ferozes dos homens, levando uns contra os outros, num combate titânico, catastrófico? Se a ideia-Progresso implica convulsão sangrenta, que bem adveio ao mundo caminhando na sua senda? Ah! como é frágil e bem frágil o alicerce de todo o doutrinarismo demo-liberal que à mais leve análise dos episódios sociais ocorridos durante o seu império, cai por terra desmantelado ante a crítica de uma intelligência clara. Chegados a esta altura concluiremos como Maritain: «... que o Progresso Necessário ao exprimir uma pretendida lei metafisicamente necessária ao domínio universal é essencialmente revolucionário e negativo. A Ideia mito do Progresso devora assim o progresso real» (2).

Procurando explicação científica no Transformismo e na Evolução — que também usam a maiuscula persuasiva — o Progresso Necessário e indefinido há-de desprezar sempre o passado e o presente, pelo simples facto de alimentar o desejo do que está para vir, do futuro melhor sempre previsto, numa ânsia bem concretizada nos devaneios poéticos de Lessing. Mas o mais dramático desta ideia absurda, é a imperiosa necessidade das convulsões violentas, como impulsos periódicos para a

sua caminhada pelos séculos fóra. Assim a missão do Progresso é destruir, destruir sempre, negando tudo. . porque o melhor, o perfeito, estará sempre para vir, para alcançar. Ele é revolucionário na sua substância, destructivo nos seus efeitos, negativo nas conclusões a que leva.

Ao condenarmos o Progresso fantástico emanado da filosofia da Revolução, não queremos afirmar a mão existência dum progresso que é visível e palpável, simplesmente damos o devido valor a uma ideia que há cem anos tem andado desvirtuada.

O progresso real é, como já se disse mais atrás, um movimento derivado do apetite da matéria pela fôrma conforme a lei da mutação universal, impulsionado pelo desejo de conhecer, a grande faculdade racional do homem, que levou Aristoteles a classificá-lo como: *animal curiosus* e nunca uma lei de aperfeiçoamento interior da razão e do sentimento, à qual se estava fatalmente ligado. Progresso do conhecimento, derivado da observação e da experiência no campo dos fenómenos, que tanto nos pôde trazer benefícios materiais como malefícios — veja-se o incremento e aperfeiçoamento dos meios de destruição, físicos ou químicos — existe. Progresso Necessário e indefinido, saído de mentalidades patologicamente sonhadoras, que nos conduza à perfeição ideal, que no individuo como na colectividade — não existe, é quimérico.

O poder de sugestão do Progresso está claramente explicado neste trecho de Léon Daudet: *Aquele que acredita neste idolo grosseiro, admite que o futuro será sempre mais belo que o presente, mas é sobretudo na iludida superioridade do presente sobre o passado, em todos os domínios, que constitue o fundo do culto e da delectação do catecuméno* (1).

Propagado habilidosamente pelas sociedades de pensamento e pelas lojas, o Progresso tornou-se um idolo com imensos adoradores, mas adoradores inconscientes, presos ao seu feitiço pela mágica influência da opinião, preparada, organizada e estimulada pelo areopago da Enciclopédia, «que, como nos demonstra Cochin, sem talento, sem riscos, sem intrigas perigosas e grosseiras, pela única virtude da sua união, a pequena cidade faz falar a seu getto a opinião da grande, decidindo reputações e fazendo aplaudir, se lhe são favoráveis, autores fastidiosos e péssimos lívoros» (2). E dêste modo, penetrando insensivelmente no corpo social, os princípios irreais foram tomando preponderância na opinião geral, aproveitando a ignorância da maioria, substituindo a ideia religiosa pela sua metafísica racional-abstracta e constituindo-se numa teoria de mitos, divinisação das pseudo-ideias de que nos fala Maritain.

A lei do Progresso Necessário e Indefinido, postulado primário, amplo e comodo é o mais acabado exemplo dessas pseudo-ideias, ideias-simbolos. É uma mistificação.

Franz-Paul LANGHANS

(1) J. Maritain — *Théonas*, págs. 124 e 125

(2) idem, págs. 141 e 142

(3) Léon Daudet — *Le Stupide XIX<sup>ème</sup> siècle*, pág. 243, 3.<sup>a</sup> ed.

(4) Augustin Cochin — *Sociétés de Pensée et Démocratie*, pág. 22

# Pragmática de D. João V

**E**IS aqui um documento que nos leva a fazer de D. João V um conceito muito diferente daquele que a história liberal tem propalado e conseguiu ver oficialmente aprovado nos manuais de ensino.

Creio não haver ninguém em Portugal que não saiba dizer que D. João V foi um gastador, um perdulário; todos falam no luxo excessivo da sua côrte. Ora, justamente para combater o luxo e os gastos inúteis que nela se faziam, é que o monarca fez publicar a Pragmática a que vamos referir-nos, transcrevendo apenas a exposição justificativa.

Em tôda a exposição é aparente o cuidado de zelar o bem comum, livrando os vassallos de despesas com «frívolos ornatos, que com um breve uso se consomem».

Esta Pragmática tem a data de 24 de Maio de 1749 e comprehende 31 capítulos.

A exposição justificativa é do teor seguinte:

«Dom João por graça de Deus Rei de Portugal e dos Algarves, dâquem, e dâlem mar, em Africa Senhor da Guiné, e da Conquista, Navegação, Comércio de Estiôpia, Arábia, Pérsia e da India, etc.

Faço saber aos que esta Lei, e Pragmática virem, que pela obrigação, que tenho de atalhar os prejuizos aos meus Vassallos, não pude deixar de advertir com desprazer, quanto lhes tem sido pernicioso o luxo, que entre êles se tem introduzido de algum tempo a esta parte. Este foi sempre um dos males, que todo o sábio govêrno procurou impedir, como origem de ruína não só da fazenda, mas dos bons costumes; e contra êle se armou frequentemente a severidade das leis sumptuárias, para que evitando os povos a despesa, que malógravam em superfluidades, o Estado se mantivesse mais rico, e se não extraísse dêle a troco de frívolos ornatos, que com um breve uso se consomem, a mais sólida substância, que convem conservar para estabilidade das suas fôrças, e aumento do seu comércio. Não se descuidou nesta parte o zêlo dos Reis meus Predecessores, antes se opoz à desordem dos gastos com diversas pragmáticas, que enquanto foram observadas, deram a conhecer a grande utilidade, que resultava das suas providências: mas prevalecendo, como ordinariamente succede, a inclinação, e gosto das novidades, paulatinamente se foram pondo em esquecimento tam proveitosas disposições; e o dano, que vão experimentando os meus Vassallos, excita o meu paternal cuidado a procurar desarraiga-lo com eficazes remedios. Pelo que considerando novamente esta matéria, e ouvindo sôbre ela pessoas prudentes, me pareceu extrair das antigas Pragmáticas, o que fôsse convenientemente observar-se conforme o presente estado, e circunstâncias, acrescentando o mais, que me pareceu a propósito, e declarar nos seguintes Capítulos, o que deverá inviolavelmente praticar-se ao deante a respeito dos vestidos, moveis, e outras despesas, e usos, que convem moderar, ou reformar.

# Jacinto, Príncipe da Grã-Ventura

## 1

**A**O ler, ultimamente, um notabilíssimo ensaio do grande Mestre que foi António Sardinha, sobre uma das figuras que Eça de Queiroz criou, veio-me à ideia, dentro da minha humildade, falar-lhes de Jacinto...

Lembram-se ainda de Jacinto, senhor de opulenta fortuna, e de um nome que se perdia na poeira cerrada dos arquivos e na memória fiel dos linhagistas? Aquêlê que passeiava o seu tédio constante pelas ruas de Paris e a quem os amigos, entre êles o amorável Zé Fernandes, em homenagem à felicidade com que a Providencia o bafejara, apelidavam risonhamente de Príncipe da Grã-Ventura?

Ah recordam, e certamente com piedosa saúde! O seu perfil gentilíssimo não esquece assim tão ingratamente!...

Eu ainda o conheci — não riam! — eu ainda o conheci... Já tarde, quando o tempo, inexoravelmente, lhe branqueava o cabelo e lhe enrugava mais o rosto — o seu rosto franco e aberto — a que o monóculo irreverente ainda emprestava umas fugidias reminiscencias daquêlê que fôra o Príncipe da Grã-Ventura — enfermo do mal do século ..

Eça de Queiroz evocou-nos, atravez da graça mágica do seu estilo, a vida do neto de D. Galião, d'aquêlê fiel legitimista, voluntariamente exilado da sua Pátria, após os sucessos sinistros que destronaram D. Miguel e que tão desgraçadamente mudaram a feição caracteristicamente portugêsa da nossa Terra.

Mas infelizmente Eça de Queiroz não pôde acompanhar a evolução completa do espírito do seu biografado. Deixou-o no seu solar de Tormes quando êle começava a saborear a felicidade do viver. Porque Jacinto — bem o sabem — só tarde conheceu, em toda a sua amplitude, os domínios da Grã-Ventura.

Jacinto foi uma vitima do seu tempo, do seu século; mas ao contrário de muitos outros que não chegaram a libertar-se do meio em que viveram e dos mitos que lhes enevoavam o pensamento, limitando-o,

---

Porém nenhuma das disposições desta Lei se entenderá a respeito das Igrejas, e do culto Divino, para o qual continuarão livremente a fazer-se ornamentos, como dantes, por ser limitada demonstração, do que devemos às coisas sagradas, tudo, o que podemos empregar na sua decência, e riqueza. E sendo necessário para o uso das Igrejas, e seus ministros, alguma coisa, das que abaixo se proibe virem de fóra, se me dará parte, para que eu permita a entrada delas como julgar conveniente».

*Abrantes TAVARES*

o nosso Príncipe procurou encontrar-se, renegando o seu passado de desnorteamento mental.

Conheceu os sistemas; embrenhou-se nas ideias nefastas que empastavam o seu tempo de desvairamento; recolheu-se — asceta intelectual — entre os filósofos ricamente encadernados; e, por vezes abraçou em toda a sua plenitude, dando-lhes o melhor do seu espírito, as construções subtis de alguns especuladores. O nosso Príncipe chegou mesmo a construir um sistema filosófico! . . .

Apaixou-se pelo sentido mental do século, e depois, quando começou a perceber a nostalgia da sua vida artificiosa e a mentira das ideias, deixou-se arrastar — sem resistência — na onda, deixou-se embalar pelo ritmo traiçoeiro — duvidando de tudo, scético, indiferente. Ele não era o culpado; os criminosos fôram aqueles que o envenenaram. Foi o individualismo egoísta; foi o romantismo levado às suas últimas consequências, aos piores excessos. Foi essa «*dissolução entusiástica da personalidade*» (\*) — a frase é de Pierre Lasserre —; o triunfo pleno do desregramento espiritual, da indisciplina.

Baudelaire, satânico, doentio; os simbolistas, pedantes, estetas; os naturalistas, os criticistas — uma infinidade de escolas, um sem número de tendências heterogêneas, diversas. Todos êles sem culpa, sem pecado: produtos mórbidos duma época de desenfreado individualismo. Não procuravam na vida o rumo seguro que só pôde atingir-se quando existe a ânsia duma verdade absoluta, inutável, idêntica a si mesmo; não havia um fio condutor que os unisse e animasse, completando-os. Desconheciam que havia como há uma ordem no Universo, que impele os homens para um ponto único que passa a meta do tangível.

Profundamente analíticos, ao começo, (depois desvairados) desprezavam a solução sintética, fecho do Problema. Fôra duma disciplina rigorosa, ausentes dum sentido único, perderam-se nos arranjos estéticos; e sem saberem reagir ingressaram, aos poucos, nos perigosos e invios caminhos do Sceticismo, da Dúvida e — pior ainda — da Indiferença.

A angústia de Amiel e de Antero é o mais alto expoente dêste século de dissolução.

O indiferentismo perante o problema da vida — das origens e do fim — foi o estado mais inquietante e aflitivo do tempo.

O horror de afirmar, o medo de afirmar — eis o pior mal. Não duvidam, sequer; se assim fôsse, isso seria ainda — sem paradoxo — uma afirmação: a afirmação da dúvida. Ou se perdiam no suicídio ou bocejavam de tédio como o nosso Jacinto, desprezando a vida, abominando-a. «*Não importa onde, não importa onde, desde que seja fóra dêste mundo*» (\*\*) — bradava, cheio de sofrimento e dôr o Poeta das «*Flôres do Mal*».

E quando não chegavam a êste estado de exaltação comprazião-se, como Renan, num diletantismo elegante, olhando, vendo, mas nunca afirmando. E as fórmulas de Stendhal — nocivo preceptor da geração — em que ia todo o seu egoísmo, tôda a falta de caridade, de amor, eram-lhes queridas. «*Je ne compte que sur mon plaisir; j'accepte mon être; je suis l'Egoïste; je suis moi*» (\*\*).

## POLÍTICA

Eis o resultado de todos os ensinamentos que ao despontar do Renascimento começaram a invadir a inteligência, pervertendo-a e afastando-a da sua nobre missão.

O panorama geral era pouco animador. Na política: a aventura, o judaísmo, a plutocracia, a aristocracia do dinheiro, o abandono do trabalhador, todo esse cortejo apavorante de vícios individualistas que erguia (\*) como pendão de vitória a legenda de Luís Filipe: «*Enriquez-vos*».

Républicas ou *monarquias juniores* (°) — assim lhes chamava Oliveira Martins —, as duas formas de governação pública enfermavam do mesmo mal, porque o *bacillus* tinha a mesma origem desgraçada.

O sentimento da Pátria ia-se perdendo, ia desaparecendo do coração e da inteligência dos homens o significado elevadíssimo de Nação. Em Portugal proclamou-o a nobilíssima figura de Antero (°). Na França o prosador simbolista Remy de Gourmont ao declarar, sem reboque algum, que na hipótese duma guerra com a França, preferia que morressem cem franceses imbecis a um estranho com valor (°).

Negação da Pátria, abastardamento da inteligência, corrupção da sensibilidade — eis o painel desconsolador e triste do quasi agonizar do século XIX.

Foi assim que Zé Fernandes encontrou Jacinto, perdido e só no meio dum turbilhão de gente, numa das suas viagens a Paris.

O isolamento era total; e Jacinto no meio de todo o conforto do seu 202; possuindo todos os engenhos e máquinas que o homem tinha criado; sorvendo, aos goles, as ideias que ressumavam dos livros mais recentemente aparecidos estava cheio de progresso, farto de civilização... Progresso? Como êle se enganava ao julgar por esta palavra a riqueza, o maior conforto material, e não a melhor formação interior, o contínuo esforço de aperfeiçoamento espiritual.

Tinham-se repudiado as disciplinas tradicionais; decididamente o vento não sopra do lado do *Espírito*; a Razão com R grande entenebrece a razão com r pequeno!

Faltava uma mística — fôsse ela qual fôsse — para dar equilíbrio e coesão à humanidade transtornada. Por isso, porque lhe faltou um arimo seguro, uma Verdade a que se encostar, a geração de Jacinto deu nevróticos, mórbidos, transtornados. Não tinham um fim a atingir, nem uma estrada segura a percorrer. Vago e nuvens os cercavam; porisso caminhavam na vida (?) sem norte, sem bússola... Não lhes tinham ensinado que para além do mundo sensível havia um Deus. Eles julgavam-se caminhando em terra firme, quando — pobres dêles! — viviam no transitório, no efémero...

Que lhes importava govêrno ou ideias sãs, se êles viviam (?)...

«*Touristes atravez da Vida*» (°) lhes chamou com evidente felicidade o neto de Renani; *touristes* da vida porque não a viveram no contacto com ela mesma, elevando-se. Não a abraçaram, nem conheceram a direcção eterna da alma, por isso atraçoaram a sua função de dirigentes, de mentores.



# “Do Valor e Sentido da Democracia,,

DOUTOR CABRAL DE MONCADA

I—Todas as concepções políticas *arboram em fins* primaciais da vida humana certos *valores* considerados *à priori* como mais estimáveis entre todos e cuja realização elas procuram assegurar por um aduado sistema de govêrno ao qual cabe portanto a simples função de *meio*. Por outras palavras quere isto dizer que o primeiro problema político é um problema teleológico.

Umás vezes os valores religiosos, sociais e culturais são postos ao serviço dos valores da personalidade humana, considerados como os mais elevados de todos os *fins* em presença dos quais todos os outros conservam apenas uma importância secundária—e teremos uma *concepção personalista*. Outras vezes passam ao primeiro plano os valores sociais, religiosos ou culturais, que a si subordinam os valores da personalidade—e teremos uma *concepção transpersonalista*, que pode tornar o aspecto *social*, mais simples, o aspecto *social e providencialista*, essencialmente religioso, em que individuo e sociedade se integram num *tudo transcendente*, ou ainda o aspecto *cultural*, que neste momento pouco nos interessa.

A primeira é a concepção da democracia. Mas dentro dela são ainda possíveis dois métodos, dois rumos, dois planos diferentes de construção e daí resultam dois sistemas políticos tão afastados que difficilmente neles se reconhece o ponto de partida comum.

Ora o Sr. Doutor Cabral de Moncada começa precisamente por fixar e pôr em presença essas duas maneiras de realizar a democracia, esses dois métodos da ciência política, coordenando e ampliando doutrina exposta na *Nação Portuguesa*, em polémica brilhantemente sustentada com a *Sedra Nova*, que tão tristemente se conduziu no lance. Uma deduz abstratamente e pela simples força da razão, dos *fins*, inicialmente propostos, os *meios* da sua realização. Mas, porque os meios são *deduzidos*, revestem um caracter de *necessidade*, que os eleva ao mesmo plano dos *fins* e com eles os confunde. Daí resulta a forma rígida, a fixidez do sistema, assim engendrado. E' o *democratismo* ou *demo-liberalismo*.

No outro método, fixados racionalmente os *fins*, à experiência histórica, à realidade humana e social se vão pedir os ensinamentos necessários para escolher os *meios* que mais adquadamente sirvam aqueles *fins*, isto é, assegurem a sua realização. De rígido só há aqui o princípio fundamental, de natureza propriamente ética. Tudo mais é contingente e meramente condicionalmente, capaz sempre, de correcção e de renôvo, e podendo o esôrço do seu ajustamento àqueles *fins* tomar

um caracter nitidamente scientifico. E' o *demofilismo* ou *demoismo*. E o Sr. Doutor Moncada esclarece: «Por isso lhe chamamos uma *filia*, o que quer dizer um «amor», em opposição à primeira que sendo uma teoria já completa, uma *doxa*, se apresenta antes ou tende a apresentar-se como um dogma».

\*

II—Todo o opúsculo de que nos estamos ocupando — *Do Valor e Sentido da Democracia* — é consagrado à análise crítica do *demo-liberalismo*.

Análise honestíssima, escrupulosa e segura, que mergulha até à estrutura mais íntima das coisas, e que nos patenteia nitidamente tóda a nervatura do sistema, todo o seu travejamento e arranjo, sem a menor infidelidade ou omissão. Crítica serena, de objectividade inexcedível, implacável e esmagadora, precisamente porque se move sempre no plano elevado da especulação filosófica, e porque se dirige dominantemente ao valor das ideias democráticas como figurações do *real* e à própria viabilidade teórica dos princípios fundamentais da doutrina criticada. Crítica tremenda, pela firmeza e vigor com que é conduzida, cujos estragos ninguém poderá reparar com o mesmo aprumo intelectual sem fraude ou sofisma.

Do edificio tantas vezes reputado pelos próprios adversários como impecável, no aspecto doutrinário, não fica pedra sôbre pedra.

Este trabalho admirável não tem equivalente na escassa biblioteca portugueza de filosofia política. Pela natureza do assunto, pela inferioridade com que é tratado e até pela alta categoria intelectual do Autor, *Do Valor e Sentido da Democracia* vem oportunamente fechar um ciclo de cultura, o ciclo de *cultura* (?) democrática que há um século perverte a intelligência portugueza com as suas falsas convenções e mitos grosseiros.

Nada me admira que muitos se recusem aceitar como suas as conclusões a que o raciocínio do Sr. Doutor Cabral de Moncada conduz irrisistivelmente, neste primeiro opúsculo, todos os espíritos que de boa vontade acompanham a sua douda e magistral lição, pois que muitos a não hão-de entender. Não é leitura para o grande público, sobretudo para o grande público portuguez, absolutamente incapaz de seguir um debate filosófico desta natureza. Tudo o que não seja trovoada burlesca de adjectivos declamatórios, ultrapassa a capacidade de apreensão das nossas modernas gerações, educadas na superficialidade folhetinesca que caracteriza as bastardas *congeminações* dos nossos *pensadores* dos últimos cem anos, e de que a lamaceira verbal do Sr. Leonardo Coimbra é símbolo suggestivo. Estou em crer que este aviltamento das intelligências é mesmo uma das mais desoladoras consequências da educação *liberal* e *democrática*.

Carlos PROENÇA

(*Continúa*)

# INTEGRALISMO LUSITANO

## Direcção da «Política,,

Como Presidente da Junta Escolar de Lisboa entendi dever assumir a direcção da «Política» afim de mais facilmente resolver alguns problemas que me preocupavam.

Resolvidos como já estão, aqui fica entregue a direcção da revista ao nosso camarada e amigo Pinto de Lemos, de cujas qualidades todos nós temos o direito de muito esperar e aqui ficam também os meus agradecimentos aos bons camaradas da redacção.

*J. Centeno CASTANHO*

---

## Junta Escolar de Coimbra

Foram nomeados pela J. P. B. M. para constituir a Junta Escolar de Coimbra os nossos queridos camaradas :

*João Uhach Chaves  
João Cerveira Pinto  
José Luis Saramago  
Alberto Pestana de Ornelas  
João Augusto Marques de Almeida  
Bernardino Augusto Rodrigues*

---

## Núcleo da Fac. de Letras de Lisboa

Pela J. E. L. foram nomeados para os logares do Núcleo da Fac. de Letras os nossos camaradas :

Pres. — *Dr. António de Almodovar*  
Vice-Pres. — *Dutra Faria*  
Secret. — *José de Almeida Carvalho*  
Vogais — *Manuel Gomes e Silva Leitão*

Abraçamos os nossos camaradas, certos de que da sua acção novos frutos serão colhidos para o Integralismo,

# ao ritmo da ampulheta

## A COMEÇAR.

### 1 DE FEVEREIRO

Quando há vinte e três anos as balas traiçoeiras de dois homens abateram como a dois javardos o Rei D. Carlos e o Príncipe D. Luiz Filipe, o clamor de acusações — as mais tôrpes, as mais insidiosas — incidiu sobre a nobilíssima figura desse Rei que foi um Rei. Apenas de entre a feira de ambições e covardia geral se destacou um homem que com valentia e desprezando a própria vida defendeu o seu amigo e pediu Justiça: era o Conde de Arnoso. Só ele protestou.

A paixão que cegava os homens foi se desvanecendo, e hoje, já quasi sem discrepância, todos fazem justiça a esse desventurado Monarca, que foi dos maiores que Portugal teve.

Ao recordar essa trágica tarde de 1 de Fevereiro, vem-nos à ideia o ambiente sombrio em que Portugal vivia. «Monarquia sem monarchicos» tinha dito de Portugal D. Carlos e confessemo-lo que com toda a verdade. Se outros sintomas não existissem da vacuidade de ideias e pouca sinceridade de convicções bastaria, julgamos, o espectáculo desolador que se seguiu ao regicídio para nos obrigar a essa conclusão. Morto o Rei aqueles que não continuavam a praguejar contra os seus actos de monarca e a insultar a sua memória, calaram-se, e não vieram como era de seu dever para a praça pública defendê-lo. Os tíbios!

Nunca se soube, ou antes nunca se quiz saber, quem foram os mandatários do crime, a despeito do bradar enérgico do Conde de Arnoso. Nunca oficialmente foi dito o nome d'elles; no entanto a história conhece-os e a história não tem medo. A história sabe quem foi que aproveitou com a sua morte e ela sabe também o nome daqueles que cínicamente fizeram a apologia dos assassinos ou indo em homenagem ao seu túmulo ou escrevendo miseráveis panfletos que deveriam ser apreendidos. Foram esses que o mataram!

«Politica» ao passar mais um ano sobre essa sinistra data e evocando a memória desse grande Rei, pede uma prece por Elle e por seu infornado Filho.

### 31 DE JANEIRO

Foi no dia 31 de Janeiro de 1890 que o Porto se revoltou contra a Monarquia, pretendendo implantar a República.

Para aquêles que caíram no campo da luta vai a nossa saúde. Ao contrário do que possam julgar os descendentes espúrios desses que se revoltaram — na maioria sioceros — nós não temos para elles palavras de ódio, de injúria, de recriminação.

A Revolução de 31 de Janeiro nada tem a ver com a balburdia ridicula (vá o doce eufemismo) daqueles que depois vieram assentar arraiais no grande banquete demagógico. 31 de Janeiro foi um protesto contra os politicos; os homens do 31 de Janeiro queriam a República como reacção contra o liberalismo, queriam a República porque não conheciam ainda outro antídoto para as ideias liberaes. Atestam-no os intellectuaes republicanos de então: desde Henriques Nogueira a Sampaio Bruno, a Rocha Peixoto, a toda a pleiada da Portugália.

Não quere isto dizer que se justifique o 31 de Janeiro, mas desculpa-se.

Os homens que lhe deram origem fariam, se fôssem vivos, o mesmo que Ramalho Ortigão: curvar-se-iam perante as ideias novas.

Desfolhemos a nossa saúde sobre os mortos do 31 de Janeiro.

## DIABRURAS

El Sol — o luminoso e resplendente astro que todos os dias, inclusivamente em tempo de bruma cerrada, nasce para os lados de Madrid, fez incidir últimamente um dos seus numerosos raios sobre Portugal.

Mas devemos declarar que o raio luminoso do luminoso Astro não conseguiu nem consegue aquecer as terras lusas. Já de há muito que por aqui se sabe do que é capaz o El-Sol — terrível e famigerado émulo daquêle que costuma dar luz ao planeta.

Este para dar luz — parafraseemos o dito de Junqueira — seria preciso que lhe ditassem fogo; e mesmo assim ainda duvidamos que deixasse rasto luminoso porque os miolos pôdres que por lá há se oporiam a isso.

Este Sol sempre é muito pobresinho de luz, coitadito!

# ao ritmo da ampulheta

## PARAISO TERREAL...

Não sabiam? Pois é verdade. Lá nos confins da Europa, paredes meias com a Ásia, há um paiz em que a liberdade é tão palpavel e a igualdade tão digerivel, que até os habitantes cançados de tão sideral repouso e aborrecidos das asas simbólicas que os ladeiam, pediram ao governo (já me esquecia: nesse paiz ainda há governo!) que fizesse umas maldadezitas para lhes quebrar essa monotonia da bondade perpetua.

E o governo acedeu. Ultimamente mandou fuzilar perto de 50 intellectuais só porque elles tinham a teimosia assaz impertinente de pensar.

Pensar, para quê? Se eles vivem tão bem para que servem as locubrações?! Os madadores, a pensarem!

E depois disto ainda há quem diga mal da Russia bolchevista, coitadinha! Os reaccionários deviam lá ir ver, observar a alegria do povo, estudar as suas conquistas sociais...

Eles — que nós não, porque o clima é pessimo, a não ser que essa balela do mau clima seja atoadora dos reaccionários.

Mas, creiam, não vamos só por causa do clima; já com o Napoleão succedeu o mesmo.

E o que tem mais piada é que o Mundo não para...

## A «SEARA NOVA E A NORMA-LIDADE CONSTITUCIONAL

O nosso prezado colega de Coimbra «Acção» transcreve os bocadinhos de oiro que vamos transcrever também.

Eis como a «Seara Nova» falava do periodo de plena normalidade constitucional, isto a! por 1923-26:  
em Março de 1923

Continuar a vida do Estado e do país como até agora seria marchar depressa para a bancarrota, para a carestia insuportavel, para a miséria extrema, para as convulsões mais graves, sendo impossivel que Portugal saia deste abismo com a plenitude do seu dominio e soberania.

em Abril de 1924

Cada dia que passa vem confirmar a degradação moral e intelectual que a sociedade portuguesa atingiu. —  
em 6 de Maio de 1926

E' impossivel deixar por mais tempo a nação metida neste poço vergonhoso e mortal.

Os costumes pervertiam-se numa atmosfera de injustiças, de corruções e de crimes.

## LIVROS A APARECER

*Nacionalismo Português* — Com este titulo deve aparecer brevemente mais um livro do nosso amigo e ilustre escritor dr. João Ameal. E' um estudo sobre a evolução do pensamento contra-revolucionário em Portugal, que João Ameal escreveu propositadamente para uma casa editora de Hespanha. Ansiosamente esperamos a nova obra de João Ameal, um dos mais claros espiritos do movimento integralista português.

— *Sangue* — Deve ser posta à venda por estes dias um romance — *Sangue* — do nosso amigo dr. Augusto P. Pires de Lima. De tendências nacionalistas e cristãs o livro de Augusto Pires de Lima será uma afirmação das ideias que lhe norteiam o espirito e das suas qualidades de escritor. Desejamos ao livro de Augusto Pires de Lima o êxito de que elle é merecedor.

— *De Vita et Moribus*. Aparecerá brevemente nas livrarias mais um livro póstumo do grande Mestre do Nacionalismo Português que foi António Sardinha.

Dizer do valor dos ensaios que o constituem seria pleonasmio, porque basta ser conhecido o nome do seu saudável autor — António Sardinha.

## ORDEM NOVA

Aos nossos amigos do brilhante semanário de Fafe «Ordem Nova», agradecemos a transcrição do artigo do nosso camarada António de Sousa Rêgo.

## CABRAL SACADURA

Interno de Cirurgia dos Hospitais Civis

**Partos — Sifilis**

— —  
**CONSULTAS**

Largo José Fontana, 12-2.º (às 16 horas)

---

## DR. MARIO CARDIA

Médico dos Hospitais

Doenças das senhoras

— —  
Partos. Cirurgia

Tratamentos pelo rádio e electricidade  
AVENIDA DOS ALIADOS, 41 1.º - PORTO

— TELEFONE 4907 —

---

## MIRA DA SILVA

MÉDICO

Avenida Almirante Reis, 57-A, 1.º

LISBOA

---

## DR. COSTA FELIX

Interno de Cirurgia dos Hospitais Civis

— —  
**CONSULTAS**

LISBOA: Rua 16 de Outubro, 33—Tel. C. 2630

A's 14 horas

DAFUNDO: R. Paulo Duque

A's 17,30 horas

---

**Não há CAFÉ como o de**

**A**

**PAULISTANA**

**A venda no**

Largo de S. Domingos, 12 e na

Av. F. Pereira de Melo, 52 52-B

## CASA DOS PANOS

**A 1.ª casa da especialidade**

Sortimento completo em

**Panos brancos e Linhos**

**Tecidos de côr para rou-**

**pa de Senhora. Sarjas**

**brancas, Sarjõ es crús,**

**: : : : etc. : : : :**

Serviço rápido de amostras para

**PROVINCIAS E ILHAS**

| Esquina da Rua de S. Julião |

| 45, R: dos Fanqueiros, 49 |

---

## AFONSO LUCAS

ADVOGADO

Rua Arco Bandeira, 70 2.º

TELEFONE C. 642

L I S B O A

---

## Martinho Nobre de Melo

ADVOGADO

Rua de Santa Justa, 82. 2.º

TETEFONE NORTE 4953

LISBOA

---

**Antonio J. Freire**

Clinica Médica-Psicoterapia

Consultório Rua de St.ª Justa, 6, 1.º

Às 2.ªs, 4.ªs e 6.ªs — Das 15 às 18 h.

TELEFONE TRINDADE 3584

Residencia: R. da Junqueira, 279, 1.º

TELEFONE BELEM 497 — LISBOA

---

## DR. AMARAL PYRRAIT

MÉDICO

Consultório — Rua Archieta

LISBOA

